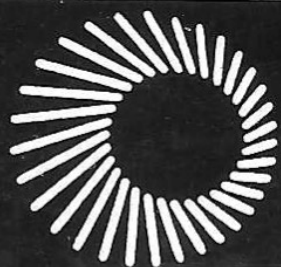


**debates
debates
debates**

arquitetura

leonardo benevolo
A CIDADE
E O ARQUITETO



EDITORIA PERSPECTIVA

Título do original italiano
La Città e l'Architetto

2ª edição

Direitos em língua portuguesa reservados à
EDITORA PERSPECTIVA S.A.
Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 3025
01401 - São Paulo - SP - Brasil
Telefones: 885-8388/885-6878
1991

SUMÁRIO

Introdução	7
Primeira Parte: A CIDADE	
1. A Cidade na História	13
2. O Desenvolvimento da Cidade Moderna	29
3. Pode a Cidade Moderna Ser Bela?	49
4. A Conservação das Cidades Antigas	67
Segunda Parte: O ARQUITETO	
5. O Que é a Arquitetura?	81
5.1. <i>Arquitetura e Técnica</i>	83
5.2. <i>Arquitetura e Pintura</i>	91

6. Até que Ponto a Arquitetura é Moderna?	97
6.1. <i>Arquitetura e Sociedade</i>	99
6.2. <i>Arquitetura e História</i>	113
7. A Contribuição da História para o Ensino da Arquitetura	123
8. Os Operadores da Conservação	137

INTRODUÇÃO

Os ensaios reunidos neste volume dizem respeito às idéias gerais, que aparecem na minha atividade de arquiteto e de historiador da arquitetura: a “cidade”, a “cidade antiga”, a “cidade moderna”, a “arquitetura”, a “arquitetura moderna”, a “conservação” da cidade antiga. De vez em quando, é preciso tentar definir estas noções, colocá-las entre as outras do mundo moderno, da maneira provisória como é apropriada em um escrito breve.

Reunidos num conjunto e por ordem de temas, eles formam um mapa dos problemas com que todos os estudiosos da arquitetura, que operam diante da mesa de trabalho ou diante da prancheta de desenho, se defrontam. Este mapa apresenta a forma de um triângulo: num dos vértices se encontra o arquiteto, com seu esforço para não renunciar a um estudo e a uma

projeção unitária do ambiente físico onde se desenvolve a vida de todos os outros; a partir deste ponto surgem muitíssimas ligações, rumo a uma quantidade de problemas distribuídos no horizonte da cultura e da vida de hoje. É fácil objetar que tais ligações são demasiadas: mas os defeitos do ambiente em que vivemos não levam em consideração os problemas um a um, mas sim a sua sobreposição no cenário físico. Deve-se tentar a realização de algum tipo de coordenação, e o único método adequado, por arriscado e incerto que seja, é o de fundi-los numa ordem de raciocínio unitária. De fato, ainda não foi encontrada uma formalização homogênea para tudo, que permita transformar a comparação mental em um cálculo, e os instrumentos de tecnologia moderna permanecem insuficientes para semelhante tarefa.

Portanto, uma aproximação tão antiquada — “universal” e sem vezo “especialístico” — continua por enquanto insubstituível, sendo a preciosa herança dos mestres da arquitetura moderna, que atuaram desde o primeiro pós-guerra até hoje. Ninguém pode estar certo de que este método irá funcionar frente aos problemas sempre maiores e mais rapidamente mutáveis do presente e do futuro. Mas não temos outro, e os críticos que declaram encerrado o ciclo da arquitetura moderna se propõem, até agora, apenas o retorno dentro dos limites tradicionais da “arte de construir”, deixando todas as preocupações sobre o desenvolvimento da cidade e do território ao cuidado de outros especialistas. Deste modo, ao passo que os arquitetos se alinham aos artistas para tentar alcançar a mesma posição privilegiada no grande mercado dos meios de comunicação, o campo da programação física é invadido pelas empresas de consultoria, as quais escondem os problemas sob uma multiplicação de análises numéricas não pertinentes.

Estes ensaios pertencem a uma tradição diferente, que têm sessenta anos de história e que não aceita a distinção das categorias usuais. Trata-se de exercícios de crítica e de proposição tecnicamente fundados, que descontentam tanto os estudiosos quanto os operadores dos setores tradicionais, mas presumem a indicação de uma nova distribuição de tarefas, mais aderentes às necessidades das pessoas que moram nas cidades, e que está justamente descontente com as análises técnicas e artísticas separadas.

A distribuição dos ensaios tenta delinear o triângulo descrito precedentemente. A primeira parte — A CIDADE — apresenta a série dos problemas que formam a base do triângulo. A segunda parte — O ARQUITETO — define o ponto de vista a partir do qual os vários problemas são considerados e confrontados.

Na primeira parte figuram:

1. Uma análise teórica da noção de “cidade” como cenário físico da vida humana, contraposta à “cidade” como corpo social; a primeira é o objeto dos arquitetos e dos historiadores da arquitetura; a segunda, dos políticos, dos politólogos e dos historiadores em geral. O escrito é, na realidade, uma comunicação apresentada a um conclave de historiadores, com vistas a um confronto entre os dois métodos de pesquisa.

2. Uma exposição do desenvolvimento da cidade moderna — que retoma uma parte da comunicação precedente — sob a forma de vinte teses propostas aos estudantes de um curso de arquitetura.

3. Uma reflexão específica sobre o problema da beleza na cidade moderna pedida por uma universidade japonesa como base para um cotejo entre duas cidades muito diversas entre si, Roma e Tóquio.

4. Um resumo dos motivos que deram origem, nos anos setenta, à experiência italiana e européia de conservação da cidade antiga.

Na segunda parte os mesmos problemas recomparam como componentes do compromisso do arquiteto; os estudos dizem respeito a:

5. Duas tentativas de definição da arquitetura, comparadas com outras noções mais comprovadas: a técnica e a arte.

6. Dois juízos acerca do ponto em que se encontra hoje a arquitetura contemporânea, escritos para duas universidades americanas.

7. Uma análise sobre as relações entre o ensino de história e o da projeção arquitetônica referidas às Faculdades de Arquiteturas italianas e escrita faz muito tempo, quando se julgava poder reformar os estudos universitários.

8. Uma nova exposição dos problemas da conservação com referência aos operadores, projetistas e executores, necessários para realizá-la.

Os textos originais continham muitas repetições que foram em grande parte eliminadas nesta coletânea: o leitor, porém, se deparará ainda com algumas sobreposições causadas pela homogeneidade substancial da matéria tratada nos vários ensaios.

As notas contidas no texto original do primeiro ensaio foram eliminadas para manter a uniformidade do volume. As indicações bibliográficas podem ser encontradas nas atas do II Congresso Nazionale de Scienza Historiche (edição Marzorati, 1973).

A editora colaborou ativamente no trabalho de adaptação, e lhes somos grato por sua prontificação, que pertence à tradição desta casa editora.

Primeira Parte: A CIDAD^{DE}

1. A CIDADE NA HISTÓRIA*

A palavra cidade emprega-se em dois sentidos: para indicar uma organização da sociedade concentrada e integrada, que começa há cinco mil anos no Oriente Próximo e que então se identifica com a sociedade civil; ou para indicar a situação física desta sociedade. A distinção é importante pelo motivo prático de que a situação física de uma sociedade é mais durável do que a própria sociedade e pode ainda ser constatada — reduzida a ruínas ou funcionando — quando a sociedade que a produziu já desapareceu há muito tempo.

A forma física corresponde à organização social e contém numerosas informações sobre as características da sociedade,

* Comunicação apresentada ao II Congresso Nazionale de Scienze Storiche, Salerno, 1972.

muitas das quais só podem ser conhecidas desta maneira e as únicas que podem ser experimentadas – movendo-se no cenário da cidade ou, melhor ainda, nela residindo – além de serem reconstruídas na prancha.

Daí o interesse e o fascínio em estudar o passado mediante o cenário da construção que ainda faz parte do nosso presente. Louis Juvet fez este raciocínio para o teatro, num trabalho intitulado *A l'instar de Cuvier*: “Às vezes sonho poder, um dia, à maneira de Cuvier, estudar a arte teatral partindo da sua arquitetura, e fazer brotar de uma pedra, como de uma vértebra, o grande corpo vivente de um mistério passado” (1933).

Este estudo – que pressupõe uma correspondência perfeita entre evento e ambiente – foi tentado muitas vezes para a cidade da Baixa Idade Média, quando a forma física do organismo urbano espelha imediatamente a forma política da cidade-Estado; quase todos os manuais de história medieval dedicam um capítulo às cidades, onde os caracteres físicos são examinados em estreita conexão com os caracteres econômicos, sociais e administrativos (basta recordar *The Birth of Europe*, de Lopez, livro 3, Cap. I). Alguns historiadores publicaram minuciosas investigações topográficas sobre o desenvolvimento das cidades (Ganshof para as cidades entre o Loire e o Reno e Lacarra para as cidades da Catalunha).

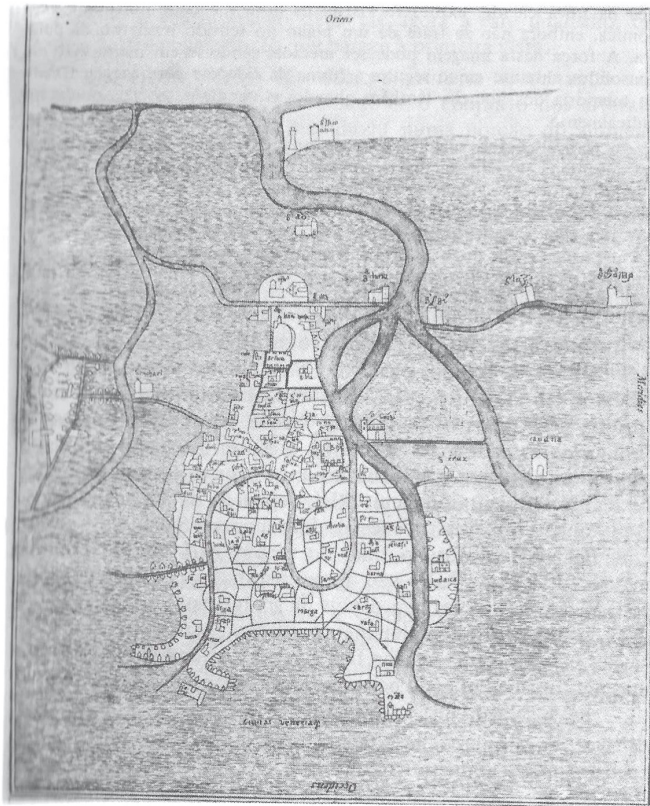
A “cidade medieval” é um tema clássico que retoma a discussão histórica da época de Pirenne em diante e constitui também um dos problemas mais candentes em Sociologia, Geografia e Urbanística. De fato, é o episódio mais próximo de nós no qual podemos captar o pleno significado da invenção urbana: esta arte misteriosa, esquematizada e dispersa a partir da Renascença, redescoberta pela cultura moderna como aspiração, mas ainda impraticável como experiência técnica efetiva.

Os arquitetos procuram no emaranhado das estradas e das praças medievais o segredo do espaço cívico, como os sociólogos procuram no intrincado das instituições o segredo da convivência comunitária: algo mais importante do que os projetos de construção e os programas setoriais que hoje somos capazes de fazer.

Temos procurado explicar, alhures, a diferença entre projeto de construção e projeto urbano:

Uma coisa é conceber um palácio no Grande Canal, outra é conceber o Grande Canal e uma cidade como Veneza, percorrida pelo grande S do Canal, com o centro comercial a cavaleiro do Rialto, o centro político em São Marcos, a grande oficina do Arsenal racionalmente situada na direção do vau do Lido, as outras indústrias descentralizadas em Murano, Burano, Chioggia. Se considerarmos que a forma e a dimensão

Fig. 1. Veneza, mapa de 1348, reproduzido de uma incisão de 1780.



do organismo citadino já estavam completamente definidas no século XI — ao passo que os séculos seguintes reorganizaram e renovaram, em escala de construção, toda área da cidade, tanto que a partir da situação do século XI ela materialmente não avança quase nada, pode-se medir o valor determinante da invenção original que persiste além de todas as mudanças arquitetônicas. E se Veneza é um caso-limite, tanto que a invenção urbanística parece separável e anterior a toda sistematização arquitetônica documentada, em muitas outras cidades europeias é possível colher, nos períodos de maior fervor criativo, uma idéia distributiva geral que procede, *pari passu*, com cada arquitetura, mas não sobrepõe e não resume o seu significado: assim em Florença no último decênio do século XIII, enquanto se define a nova constituição política, a obra mais importante de Arnolfo não é o Domo, nem o Palazzo Vecchio, nem o traçado dos terceiros muros, mas talvez a idéia do novo organismo urbano onde o aumento periférico é compensado pela ampliação do núcleo direcional, com os dois centros, político e religioso, dispostos nas margens das primeiras muralhas. Pode acontecer que o nome de Arnolfo seja apenas uma referência convencional, como o de Giano della Bella para os Ordenamentos de Sentenças, mas existe sem dúvida uma imagem programática da nova cidade, expressão visível da nova realidade política e econômica, embora não se trate de um plano no sentido moderno da palavra. A força desta imagem pode ser medida, tendo-se em mente que ela consolidou durante cinco séculos a forma da cidade e permaneceu fixada na memória dos homens também quando as condições sociais mudaram radicalmente.

Não é exagero dizer que a maioria das cidades em que vivemos foi inventada — em sua parte essencial — na época medieval. Mesmo quando os desenvolvimentos exteriores foram de grande vergadura, alguns fatos estabelecidos naquele tempo continuaram a orientar o crescimento recente, com singular persistência; basta pensar na dupla polaridade de Londres medieval, entre a *city* e Westminster, ou na distinção de Paris em três partes (a *ville* sobre a margem direita do Sena, a *cité* na ilha, a *université* na margem esquerda).

Em certos casos, a invenção urbana antecipa os desenvolvimentos do corpo social: os monumentos do Campo dos Milagres, em Pisa — catedral, batistério e cemitério — foram construídos nesta posição periférica, porque talvez devessem transformar-se no centro de um novo organismo urbano ampliado rumo ao norte: mas a ampliação nunca ocorreu, porque o poder de Pisa já terminara no século XIII, depois da Batalha de Meloria. Os últimos cinturões urbanos de Florença, de Siena, de Colônia e de Gand, traçados no final do século XIII ou na primeira metade do século XIV, não foram saturados pela evolução da construção, que se encerra depois da grande peste, e serão ocupados, de um modo completamente diferente, só no século XIX. Nestes casos a forma urbana fica a testemunhar não um passado, mas um futuro eliminado pelos acontecimentos sucessivos.

(A propósito vale notar que os instrumentos incidentes, capazes de produzir resultados duradouros, não são aqueles esquemáticos e imperativos dos reis absolutos e dos ditadores, mas os flexíveis, complexos e contrabalançados das comuni-

dades mercantis: as magistraturas florentinas, que duravam no cargo poucos meses, construíram um organismo estável no curso dos séculos, porque desenvolveram com continuidade um programa unitário; até o século XVII as realizações urbanas mais importantes e mais bem-sucedidas são as das repúblicas holandesas, e não as de Luís XIV ou de Pedro o Grande).

Mas o postulado da correspondência incondicionada entre cidade e sociedade só funciona bem para as épocas felizes, onde existe uma medida comum entre as duas realidades e um sistema de instituições que estabiliza tanto uma quanto outra. Temos que voltar à comparação de Cuvier e observar que não é tão precisa porque, no fim das contas o esqueleto do dinossauro é uma parte física do dinossauro inteiro, ao passo que o cenário urbano é uma aparelhagem do corpo social, ligada por relações funcionais menos diretas e mais complicadas. Convém portanto aprofundar a distinção entre dois significados da palavra cidade e discutir a interpretação dada até agora a este dualismo, que é mais sutil e enganoso do que parece à primeira vista.

As interpretações são duas: a primeira se contenta com uma definição empírica da cidade — o conjunto dos artefatos artificiais que o homem introduziu numa porção do ambiente natural, desde aqueles em escala humana que formam os prolongamentos diretos dos membros do corpo (os utensílios de todos os tipos) até aqueles em escala maior que alteram as relações entre o homem e o espaço circunstante — e não se preocupa com a heterogeneidade das experiências colocadas em prática mesmo pelo mais simples destes artefatos que dizem respeito à ideação, à construção e à fruição. A segunda pretende oferecer uma definição cultural da cidade, ou seja, parte de uma organização das experiências em setores prefixados e reconhece na cidade a projeção externa de cada setor, reveladora tão-somente das suas variações internas.

No primeiro caso, o estudo da cidade opera uma secção em todos os setores em que está dividida a estrutura social e cultural; no segundo caso, o estudo da cidade deve ser conduzido em setor bem definido — aquele que produziu um tipo de aspectos da cidade realizada — e repetido, se for o caso, em outro setor que produziu outra classe de aspectos.

A noção discriminante é justamente a classificação dos setores (e dos aspectos da cidade), que na segunda interpretação constitui uma condição preliminar da imagem histórica e na primeira é um dado verificado vez por vez; na segunda é estabelecido *a priori* e na primeira é registrado *a posteriori*.

Pode-se dizer que a tradição e o aparato institucional pressupõem a segunda interpretação, isto é, dão como fato

consumado uma classificação fixa, legítima, dos setores da investigação (artística, científica, técnica, econômica etc.); ao invés, os recentes desenvolvimentos da pesquisa histórica põem em dúvida a firmeza desta classificação e orientam-se decididamente — no tocante à cidade e a todo outro assunto indagável — para a primeira interpretação.

Com efeito, a pesquisa histórica levada a fundo reconhece que a pretensa classificação legítima é apenas a indevida cristalização teórica da classificação vigente na sociedade contemporânea, conexa aos interesses privilegiados nesta sociedade; a tentativa de atribuir-lhes um valor absoluto não serve para interpretar o passado, mas para estabilizar as instituições e os interesses coligados, no presente e no futuro.

Esta pesquisa se tornou inevitável para estudar outras épocas históricas, como a primeira Renascença, em que se dá justamente a mudança entre duas classificações das atividades humanas, que compromete a realização de grandes estruturas estáveis — por conseguinte, também das cidades —, mas que enfraquece as estruturas passadas e prepara as condições para construir no futuro novas estruturas diferentes. Neste momento de transição podemos captar os fatores de mobilidade da contingência humana: a invenção, o risco, a liberdade intelectual e moral, que não são definíveis em nenhuma das duas classificações porque produzem exatamente a passagem de uma para a outra.

Em outra oportunidade observamos que:

O interesse dos estudiosos de história pela Renascença cresceu inesperadamente desde quando esta é considerada não mais a inauguração de um ciclo cultural “moderno” e definitivo — no qual se elaboram as distinções legítimas entre os setores da cultura (arte, literatura, ciência, técnica etc., que se consideram permanentes e aplicáveis a todas as épocas) — mas um momento em que se passa de uma classificação histórica dessas atividades a outra classificação também histórica e precária, como é claro hoje em dia para nós, porque vivemos outro momento de transição de uma classificação a outra. No primeiro caso, bastava aplicar, setor por setor, as definições institucionais absolutas, isto é, era suficiente estudar a arte, a literatura e a ciência, cada uma por sua conta. No segundo caso, há necessidade de um raciocínio global que espelhe a transição do sistema institucional anterior ao novo, e que não pode ser feita segundo as distinções de chegada, mas que põe em crise os supostos setores permanentes da vida cultural, os quais se tornam objetos da investigação histórica, e não condições preliminares.

Esta mudança de perspectiva já transformou completamente o quadro dos estudos históricos sobre a Renascença; basta pensar, na Itália, nas contribuições de Cantimori e de Garin. O Renascimento, diz Garin, “não se produz nem sob um único signo, nem por esquemas rígidos ou por continuidades lineares, dentro de setores nitidamente separados. Foi, antes, propriamente ruptura de equilíbrio e de esquemas. Onde a

insuficiência de uma historiografia que tende a hipostasiar as várias disciplinas, fundamentando-as em pseudocategorias: lá as letras, aqui a filologia e as ciências; lá a arte e a moral, aqui a religião e a política”.

A chave técnica para esta investigação é a análise filológica dos textos e das obras, tanto mais precisa e intransigente quanto mais incertas se tornam as “sistematizações” e os “enquadramentos” tradicionais. Os lugares-comuns, os juízos aproximativos e preconceituosos só podem ser removidos se voltarmos a olhar para os fatos, nas suas reais e minuciosas articulações. Como na própria Renascença a “gramática” é o solvente que elimina as construções doutrinárias da Idade Média e restabelece um contato genuíno com o patrimônio da cidade antiga, na qual a nova época se espelha para reconhecer a sua originalidade, assim hoje a extensão e o aprofundamento dos controles filológicos constituem o instrumento indispensável para reencontrar a verdadeira complexidade do processo histórico, oculta pelos esquemas sumários que derivam exatamente do sucessivo enrijecimento das distinções setoriais.

Convém recordar as etapas desta pesquisa: as obras de síntese mais antigas — as de Burckhardt, de 1860, a de Pater, de 1873, o primeiro volume da *Cambridge Modern History*, de 1902 — confrontam vários setores cuja separada continuidade não se questiona; *O Outono da Idade Média*, de Huizinga, de 1919, discute com insistência as fronteiras entre setores contíguos (especialmente no antepenúltimo capítulo, “Imagem e Palavra”, e no penúltimo, “Palavra e Imagem”); a tese de Baron sobre a crise da primeira Renascença, apresentada no livro de 1955, baseia-se numa combinação cerrada de análises sobre os fatos literários e político-sociais, que exigiu uma verdadeira contaminação filológica, que o autor não deixou de comentar:

É possível que tenha um significado mais vasto esta necessidade de combinar métodos de diversos setores científicos. A relutância entre os historiadores políticos em seguir as lições aprendidas nos estudos literários e, por outro lado, o interesse demasiado escasso dos especialistas literários pela influência dos desenvolvimentos sócio-econômicos impede-nos ainda, em muitos pontos da história da Renascença, de precisar a mútua dependência entre política e cultura com a mesma clareza que a pesquisa tradicional atingiu para semelhantes situações, nas antigas cidades-Estados.

Uma investigação filológica combinada sobre diversos setores da civilização renascentista e sobre uma só cidade, Florença, foi tentada por Becker em 1968, por Holmes em 1969 e por Brücker em 1969. Estes confrontos constituem o pressuposto essencial dos livros de síntese de Hay, de 1961, de Garin, de 1964 (o capítulo da *Propylaeen Weltgeschichte*), e de Lopez, de 1970.

O setor que resiste tenazmente a esta tendência é a história da arte. A tentativa de Antal, em 1948, certamente falha, foi acantonada com extraordinária pressa; as obras dos historiadores da arte interessados nos vínculos com os outros setores

— os *Architectural Principles in the Age of Humanism*, de Wittkower (1949), a *Art et humanisme à Florence au temps de Laurent le Magnifique* (1959) e os mais recentes *Renaissance méridionale* e *Le grand atelier d'Italie* (1965), de Chastel, deram muito que falar como exceções. Um livro escrito no longínquo 1914, *The Architecture of Humanism*, de autoria de Geoffrey Scott e traduzido por Helena Croce em 1939 (ou seja, um mediocre *panfleto* que defende a independência da arquitetura de todo o resto), constituía ainda autoridade textual na Itália do pós-guerra. Também a discussão sobre personagens-chave da transformação renascentista, como Brunelleschi e Alberti — que forçam um confronto interdisciplinar porque a sua produção pertence a dois ou mais sucessivos setores codificados (a arte e a mecânica para Brunelleschi e a arte e a literatura para Alberti) — desenvolve-se em compartimentos estanques; haja vista os respectivos verbetes na *Enciclopédia da Arte*. Praeger é o único que conhece a fundo as experiências mecânicas de Brunelleschi porque é um funcionário da secretaria americana das patentes. O resultado deste destaque é o escasso valor dos estudos dos historiadores da arte sobre as cidades: na coleção de Braziller sobre a história da cidade sobressai, por sua inconsistência, o volume de Argan sobre as cidades da Renascença (e também, em medida menor, o livro de Saalman sobre as cidades medievais); com efeito os outros volumes — sobre as cidades pré-colombianas e as cidades do Oriente Próximo etc. — utilizam a experiência da arqueologia, que está justamente aparelhada para extrair dos seus registros as informações sobre a vida social; ao invés, as duas sobre as cidades mais vizinhas no tempo e que ainda funcionam põem em evidência o isolamento e a inutilidade de uma abordagem formal que se julga autônoma. Constituem exceção alguns trabalhos realizados por Francastel, na École des Hautes Études, que são exatamente um instrumento admirável de permutas interdisciplinares: o trabalho sobre Lisboa, de José Augusto Franca (1965), as atas do simpósio sobre a urbanística, de Paris e Europa, realizado na Sorbonne em 1966; na Itália, o trabalho sobre Nápoles, de César de Seta, que freqüentou a École parisienne e trabalhou em contato com Galasso.

De fato, enquanto os historiadores da arte se preocupam em pôr a salvo a noção autônoma da arte na esfera teórica (Brandí) ou numa perspectiva histórica que abrange todo o ciclo da cultura ocidental (Argan no longo trabalho sobre o primeiro número da revista *Storia dell'Arte*), os historiadores se preocupam em pôr a claro a origem da solução institucional, em que vige justamente a autonomia do labor artístico em relação ao resto do labor humano: ela emerge entre os fins do século

XIV e o início do XV — quando os aspectos qualitativos da *ars* medieval são desincorporados dos aspectos quantitativos e colocados no mesmo nível intelectual da literatura — e é utilizada daí por diante:

— na sociedade renascentista, para libertar o trabalho criativo individual da tutela do aparato corporativo e para permitir uma relação direta com a nova classe dirigente; põe em ação assim uma nova abordagem do universo visível, do qual procedem tanto a arte como a ciência moderna;

— depois da crise da sociedade renascentista, para manter distinto o trabalho artístico, diferenciando-o da pesquisa científica que se organiza de maneira autônoma;

— na sociedade oitocentista, para excluir ambas as categorias de especialistas — os artistas e os técnicos — da gestão da cidade industrial, que a partir da metade do século XIX se baseou numa combinação direta entre burocracia e propriedade.

Exatamente os eventos ocorridos da Renascença em diante impedem que se mantenha o postulado da correspondência entre cidade e sociedade; de fato, aparece neste período uma nova definição da cidade, que deriva exatamente da afirmação da autonomia da arte: a cidade é o conjunto das qualidades formais do ambiente e, por conseguinte, é a obra completa e auto-suficiente que um artista sozinho, como Filarete, está em condições de imaginar e projetar. Esta noção se aplica em princípio ao organismo incompleto da cidade medieval e o fixa numa forma definitiva, aquela que hoje lembramos e apreciamos (basta pensar na imagem concêntrica de Florença, definida literariamente na *Laudatio* de Leonardo Bruni e concretizada, daí a uma geração, por Brunelleschi, que realiza o seu centro geométrico, o pavilhão octogonal da cúpula); depois não acompanha as transformações sucessivas e desloca-se para a esfera teórica: transforma-se na Utopia, a cidade ideal; mais tarde ainda, os elementos separados deste modelo cultural irrealizável são utilizados para imprimir uma ordem parcial ao cenário do poder absoluto (Versalhes, e não Paris, porque a regularidade pode ser aplicada às árvores e aos canais, e não às casas onde as pessoas vivem); finalmente, as suas aparências estabilizadas e consumadas por um diuturno hábito — a uniformidade, a hierarquia e o decoro — são codificadas para tornar respeitável, o novo cenário, imenso e precário, da cidade burguesa.

Ao final desta parábola, as formas parecem as mesmas, mas a substância da cidade está completamente mudada, e também a relação entre cidade e sociedade deve ser novamente examinada.

A cidade burguesa que se desenvolve depois da revolução industrial é, com certeza, diferente de todo modelo anterior, antes de mais nada por seus elementos mensuráveis: as quantidades em jogo (número de habitantes, número de casas, quilômetros de estradas, número e variedade dos serviços e das aparelhagens) e a velocidade das transformações; as diversidades quantitativas produzem, somando-se, uma diversidade qualitativa, isto é, tornam impraticáveis os antigos instrumentos de controle, que estão baseados justamente numa limitação conhecida das quantidades e das velocidades, e propiciam o surgimento de novas oportunidades e de novos riscos que só podem ser comparados com novos instrumentos de projeção e de gestão: voltam a propor, por conseguinte, de maneira integral e pela primeira vez depois da Idade Média, o problema do planejamento urbano. A pesquisa científica, que acionou estes desenvolvimentos, deve elaborar os instrumentos para controlá-los.

O reconhecimento destas diversidades — que caracterizam a “cidade industrial” — possibilitou uma nova interpretação de todo o ciclo histórico anterior onde, a par dos aspectos variáveis de período em período, foram identificados alguns aspectos constantes que caracterizam realmente a *cidade pré-industrial*. Trata-se do conceito desenvolvido no livro *The Pre-Industrial City*, escrito em 1960 por Sjoberg, que considera conjuntamente as cidades européias antigas, antes da industrialização, e as cidades do Terceiro Mundo ainda não transformadas pela industrialização.

Os aspectos comuns talvez não sejam absolutamente importantes, mas certamente são importantes para nós agora, porque são os que malogram em virtude da revolução industrial. O motivo deste estudo é portanto a urgência de entender a natureza da transformação que aqui na Europa se deu no passado recente e que alhures está acontecendo ou deve acontecer no futuro imediato: remete, pois, ainda ao quesito fundamental que diz: o que é a cidade industrial e como devemos tratá-la?

Temos as respostas dos especialistas que estudam a cidade atual e propõem os possíveis remédios aos seus muitos inconvenientes, respostas estas que simplificam a definição do objeto sujeito a modificação, mas que complicam proporcionalmente as propostas operativas. Há, também, a resposta histórica, que certamente complica a descrição da cidade industrial (a qual tem uma história de quase duzentos anos e atravessou diversas fases), mas permite que se isolem as componentes heterogêneas que sobrevivem junto na situação hodierna e facilita para cada uma delas um tratamento claro e apropriado.

De fato — tomando como modelo a situação européia, mas distinguindo os seus momentos típicos que reaparecem, também em ordem diferente, em todas as outras situações — nota-se logo a superposição de dois processos:

a) o desenvolvimento material e tecnológico da cidade, essencialmente contínuo para a trama das crescentes necessidades e das aparelhagens concebidas para satisfazê-las;

b) o desenvolvimento das formas políticas de administração da cidade, que ao contrário é descontínuo e apresenta decisivas mudanças, em relação com alguns fatos salientes do desenvolvimento político geral.

Tomando as formas de administração como critério discriminante, parece possível distinguir estes modelos sucessivos:

1. A *cidade liberal*, que registra as mudanças materiais que o desenvolvimento econômico produziu — o crescimento populacional, a redistribuição da população do campo para as cidades, a mistura das indústrias com os bairros habitacionais, o início das novas aparelhagens (instalações higiênicas, ferrovias etc.) — sem, contudo, uma hipótese de intervenção pública adequada para controlar estes fatos. Criticam-se, com efeito, em linha de princípio, os regulamentos tradicionais e confia-se na possibilidade de um novo equilíbrio espontâneo, conseguido pela livre combinação das iniciativas parciais. Na Europa, esta situação dura até a primeira metade do século XIX e produz a cidade desintegrada, analisada por Engels em 1844 (Manchester), por Blanqui em 1848 (Lille) e contada por Dickens no romance *Tempos Difíceis*, em 1854 (Coketown).

2. A *cidade pós-liberal*, que começa quando os novos regimes conservadores, vencedores das lutas de 1848 — o bonapartismo na França, o imperialismo de Bismarck na Alemanha, os novos *tories* de Disraeli na Inglaterra —, colocam em prática um controle público do desenvolvimento urbano complementar e combinado com a liberdade das iniciativas privadas. Os dois poderes antagonistas — burocracia e propriedade — chegam a um acordo que define os limites dos seus campos de ação e que supera imediatamente a anterior discussão teórica entre uma hipótese complementar liberal (Spencer) e uma hipótese complementar planejada (Owen, Fourier).

É bem conhecida a interpretação política desta mudança de rumo: burocracia e propriedade representam dois grupos de interesses na classe burguesa dominante (os interesses de todo o capital e os interesses do capital imobiliário), que puderam travar entre si uma guerra de morte até que apareceu a ameaça de um adversário comum — o proletariado urbano derrotado

em junho de 1848 em Paris. Esta ameaça torna desejável um acordo, ou seja, uma limitação recíproca que assegura os interesses fundamentais da burocracia (desfazer tecnicamente os estrangulamentos do desenvolvimento que está se processando) e da propriedade (reter os aumentos de valor produzidos pelo desenvolvimento).

Este acordo deixa subsistir uma série de contradições, sendo que as mais importantes dizem respeito à oferta das moradias que não corresponde à procura (de fato, exige-se a presença dos operários como força-trabalho, mas não como usuários da cidade que é feita apenas em função do assentamento burguês), além do financiamento das intervenções públicas, que não podem ser comparadas com as valorizações produzidas e transformam-se em quantias a fundo perdido, dependentes do crédito e das suas flutuações. Estas contradições são inevitáveis porque dependem do acordo originário, mas devem ser corrigidas parcialmente de tempos em tempos.

3. A *cidade pós-liberal corrigida*, isto é, o mesmo modelo a que se aplica (de 1890 em diante, na favorável conjuntura econômica e política) um sistema racional de corretivos que se referem sobretudo à oferta de acomodações populares construídas ou facilitadas pelas administrações, e o autofinanciamento das obras públicas pelo mesmo mecanismo das iniciativas privadas (a compra e revenda dos terrenos da fazenda pública).

4. A *cidade moderna*, isto é, a alternativa completa para a cidade pós-liberal elaborada pela pesquisa arquitetônica moderna, a partir dos primeiros anos do pós-guerra.

A pesquisa parte dos elementos mais simples — as habitações singulares — e chega gradativamente a definir os conjuntos: os bairros, a cidade, o sistema de jurisdição territorial. As realizações concretas, que devem inserir-se na cidade pós-liberal corrigida ou não, são mais fáceis para cada edifício em particular, mais difíceis para os bairros (e sempre no âmbito dos programas públicos) e quase impossíveis para as cidades e as sistematizações jurisdicionais territoriais.

A resistência mais ou menos forte do sistema vigente seleciona assim os resultados da pesquisa: aceita os que são compatíveis com o acordo dos interesses fundamentais e descarta os incompatíveis. Desta maneira nasce o último tipo de cidade, que podemos chamar de:

5. A *cidade pós-liberal recorrigida*, modernizada tanto quanto possível, mas ligada à permanência da combinação política entre os dois grupos de interesses, gerais e particulares. O que permanece é a combinação estrutural e não as categorias

ou as classes que constam do acordo. Com efeito, esta gestão urbana não sofreu praticamente nenhuma alteração nos países do Leste europeu, cinquenta anos depois da Revolução de Outubro. A substância política desta gestão parece consistir no uso da cidade como instrumento de controle e de coerção, em favor dos grupos dominantes.

Consideremos, neste seguimento, como varia a relação entre cidade e sociedade:

A desordem da cidade liberal é o reflexo imediato, ainda que somente negativo, de uma hipótese política válida de um modo geral, e de fato encontra resposta em muitos outros campos: na legislação trabalhista, na escola etc. Por isso Engels e Blanqui apresentam a paisagem urbana como parte integrante da condição da classe operária em meados do século XIX. A pouca ordem vigente deriva, ao contrário, do elemento anacronístico, isto é, da permanência dos métodos tradicionais de controle já eliminados quase por completo nos outros campos e no nosso apenas enfraquecidos e desacreditados.

A gestão urbana pós-liberal constitui uma das manifestações típicas do novo conservadorismo europeu a partir de 1948 e faz parte de um programa político mais amplo. Basta pensar no paralelismo entre o crédito predial e o crédito mobiliário na França bonapartista. A integração entre economia e urbanística, entre a “finança sansimonista” e as “contas fantásticas de Haussmann” foi analisada minuciosamente por Louis Girard no estudo de 1952. Por isso a cidade sistematizada por Haussmann nos parece o quadro adequado e congenial da sociedade descrita por Goncourt e por Maxime du Champ, pintada por Manet e Monet. O que distingue a gestão urbana da administração dos outros setores é o êxito demasiado perfeito: os adversários de Haussmann não sabem contrapor-lhe outra coisa senão um sentimento de nostalgia literário por um passado que já não se pode mais recuperar (Veuillot, Hugo, Baudelaire), ou então um argumento teórico que exclui a eficácia de qualquer reforma setorial e que só se revelará eficaz num futuro distante (Marx e Engels). Por conseguinte, o planejamento urbano torna-se um instrumento exclusivo da direita avançada e assim a cidade pós-liberal (com todos os seus defeitos técnicos) se revela uma máquina tão eficiente de controle social que as classes dominantes — aquelas no poder na segunda metade do século XIX e as que tomarão o seu lugar mais tarde — quererão conservá-la o maior tempo possível: nisso aplicarão alguns corretivos se a margem de controle político for considerada suficientemente ampla, mas aceitarão também as mais evidentes contradições técnicas e econômicas (agravadas paulatinamente pelo

desenvolvimento tecnológico e pelo crescimento demográfico) a fim de não pôr em perigo os mecanismos fundamentais que defendem as relações de poder entre os grupos e as classes.

Assim aos poucos a cidade pós-liberal vai se transformando num anacronismo, não acidental mas necessário na estrutura política atual: às vezes os corretivos aplicados oportunamente aos momentos favoráveis — entre fins do século XIX e inícios do XX nos países da Europa Continental, nos primeiros anos do pós-guerra na Alemanha de Weimar, no pós-guerra mais recente na Inglaterra e Escandinávia — atenuaram ou quase chegaram a eliminar seus efeitos constrictivos. Mas nos outros casos — como na Itália — a administração implantada há cem anos conservou-se numa forma muito próxima à originária e adquiriu uma rigidez excepcional, quase impossível de modificar (para isso a reforma urbanística não parece praticável sequer em pequena escala). É preciso, depois, considerar que no Terceiro Mundo — na América do Sul e Oriente Médio — processa-se atualmente uma urbanização acelerada que reproduz e provoca todos os elementos típicos da segunda metade do século XIX europeu: nos dá uma idéia disso o excelente trabalho de Paul Vieille sobre Teerã, publicado em 1968.

Portanto, a relação entre cidade e sociedade hoje está quase que invertida em relação à Idade Média. A cidade em que vivemos não é a projeção adequada da sociedade no seu conjunto, mas um mecanismo mais rígido, que serve para retardar e apagar as transformações em todos os outros campos, a fim de fazer com que dure muito mais tempo a hierarquia dos interesses consolidados. Os inconvenientes técnicos que todos conhecemos — o congestionamento do tráfego, a densidade das construções, a escassez dos serviços, a deterioração do ambiente natural — não são conseqüências inevitáveis da vida moderna, mas o preço pago para conservar uma combinação de poderes agora já em contraste com as possibilidades proporcionadas pelo desenvolvimento tecnológico e econômico. Ao invés, a *ville radieuse* — que permaneceu nas páginas dos livros de Le Corbusier e realizada apenas por campeões isolados — não é uma Utopia, uma cidade do futuro; é a cidade que já poderia ser executada com os meios técnicos e econômicos atuais, mas não com os instrumentos jurídicos e administrativos atuais.

Se não se estabelecer esta distinção, que promana da análise histórica, tudo o que se disser sobre a cidade contemporânea se tornará ambíguo e ineficaz. Hoje o método de Cuvier não encontra aplicação, porque a cidade contemporânea não é a cidade moderna, mas uma cidade concebida há mais de

cem anos e imposta como vínculo político à sociedade moderna. Entretanto a cidade moderna — isto é, a cidade que a pesquisa moderna conseguiu até agora elaborar — passa a ser uma alternativa teórica ou uma série descontínua de realizações parciais.

Os estudiosos do Instituto Sigmund Freud de Frankfurt — Alexander Mitscherlich e os seus alunos Heide Berndt, Alfred Lorenzer e Klaus Horn — publicaram recentemente as mais atualizadas análises psicológicas e sociológicas sobre a cidade contemporânea. Mas, aceitando o postulado da correspondência imediata entre cidade e sociedade, julgam que a cidade contemporânea é sem dúvida a “cidade moderna”, o produto adequado da pesquisa arquitetônica moderna; por isso criticam justamente a “cidade inabitável e instigadora de discórdia” em que vivemos, mas perdem tempo na procura das origens de suas disfunções na ideologia da arquitetura moderna: “A arquitetura funcionalista é verdadeiramente funcional?” — é o título de um ensaio de Berndt, que imobiliza uma fase da pesquisa arquitetônica e descura por completo o problema histórico da passagem da pesquisa para a realidade construída.

Justamente devido à situação anômala da cidade no mundo contemporâneo, a pesquisa histórica há de desempenhar uma função essencial também de natureza operativa: o esclarecimento do processo que levou à situação atual constitui na verdade uma premissa indispensável para abordar esta situação de maneira realista. A *recherche patiente* dos arquitetos modernos demonstrou em cinqüenta anos que a cidade em que vivemos não é inevitável e definiu suas possíveis alternativas; mas há o risco de imobilizar-se nesta contraposição, de se ver envelhecidas estas alternativas sem ter tido tempo de experimentá-las e corrigi-las, se não se realiza uma pesquisa igualmente cuidadosa sobre os mecanismos que impedem a realização das novas propostas. Esses mecanismos foram escalonados em cem anos de história recente e só podem ser isolados pela investigação histórica.

Uma tal investigação é especialmente importante na Itália, onde a gestão urbana pós-liberal começa logo depois da unificação (a lei de 1865 sobre a desapropriação para fins de utilidade pública, que fixa definitivamente a relação entre os interesses em jogo, pertence ao grupo das leis fundamentais do novo Estado) e permanece inalterada até hoje, conforme se disse, com raras correções posteriores.

Porém este juízo deve ser precisado e articulado, estendendo-se as histórias particulares de muitas cidades; na verdade, fica inoperante se não se conhecem as desigualdades ou as anomalias do desenvolvimento local. Não basta registrar um balanço geral, ainda que estatisticamente correto, para lamuriar-se com

ele. É preciso descobrir os pontos fortes e os pontos fracos, para esperar modificá-lo. É um trabalho que está ainda quase todo por fazer; de fato, as únicas monografias utilizáveis — situadas em termos históricos precisos e não em termos míticos de “forma urbana” eternamente presente — são até agora: o livro de Lando Bortolotti, sobre Livorno (1970), o livro de Silvano Fei, sobre Florença (1971), e o livro de Italo Insolera, sobre a Roma moderna (1962, atualizado em 1971), que, no entanto, é apenas uma introdução à amplíssima matéria dos cem anos de Roma como capital.

A urgência de semelhante tarefa coloca-nos diante do passado remoto numa posição cientificamente mais profícua, porque obriga a desencorajar os hábitos e as normas institucionais tidas como fato consumado e impede que sejam projetados no passado. A cidade pode ser estudada como um objeto normal da investigação histórica, nem privilegiado nem ligado de modo especial ao chamado espírito de uma época. Como uma construção histórica variável no tempo, às vezes em uníssono com os outros fatos, às vezes em antecipação, outras vezes em atraso, segundo modalidades sempre variáveis.

A história da cidade pode deixar de ser um campo especializado e tornar-se uma seção da história comum, que estuda e confronta precisamente as mutáveis especializações construídas em diversos períodos, todas contingentes e modificáveis.

Próximo lançamento
Visão Filosófica do Mundo
Max Scheler

O desenvolvimento da cidade moderna nos países industrializados e o crescimento caótico das metrópoles do Terceiro Mundo, a idéia do movimento moderno de Gropius e Le Corbusier, a valorização estética de um edifício, a conservação dos centros históricos, os mestres do arquiteto e o ensino da arquitetura, são alguns dos temas que Leonardo Benevolo enfrenta num lúcido levantamento do “mapa dos problemas que se coloca diante de todos os estudiosos da arquitetura” e que formam este seu volume sobre A Cidade e o Arquiteto.